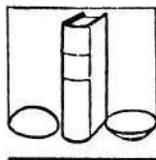


0-1 FEB 1987

Moreira Alves: em menos de um ano, Presidente dos três Poderes

o gado

BRASÍLIA — Quando encerrar na tarde de hoje a sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, terá se transformado num caso único na história da magistratura: em pouco menos de um ano, este paulista de 53 anos, dois filhos, uma neta, poliglota capaz de se expressar em sete idiomas, além do português, terá exercido a Presidência dos três Poderes da República.



Moreira Alves foi chamado em julho do ano passado para substituir o Presidente José Sarney, durante a viagem que o Chefe da Nação fez à Itália. O Deputado Ulysses Guimarães, primeiro na linha sucessória, não quis assumir porque era candidato à reeleição em novembro, e o Senador José Fragelli, o segundo nome da hierarquia, estava na União Soviética. Agora cabe a Moreira Alves presidir a instalação da Constituinte, completando o ciclo Judiciário, Executivo e Legislativo.

Moreira Alves detém ainda um recorde na história do Judiciário: é o Presidente mais jovem já eleito para o STF. Por isso, considera-se um homem bafejado pelo destino.

— Seria uma injustiça suprema com o destino se eu me queixasse dele — costuma dizer.

Ontem, véspera do dia para o qual vem se preparando meticulosamente desde a aprovação da emenda que convocou a Constituinte, lembrava que teve uma origem humilde no serviço público.

Em 1953, prestou concurso público para escriturário do Banco do Brasil,

no Rio de Janeiro, onde viveu 30 de seus 53 anos. Foi na Universidade de São Paulo, no fim dos anos 60, que Moreira Alves começou efetivamente a marcar sua passagem pela história jurídica. Em 1968, foi chamado pelo jurista Miguel Reale para integrar uma comissão encarregada de revisar o Código Civil. É de sua autoria toda a parte que define os princípios gerais aplicados ao Código Civil, projeto que está no Senado à espera de deliberação.

Através dos trabalhos dessa comissão travou conhecimento com o Ministro da Justiça do Governo Médici, Alfredo Buzaid, que o convidou para chefiar a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério. Entre setembro de 1970 e o início de 1971, Moreira Alves foi Chefe de Gabinete de Buzaid e, nessa função, responsável único pelo texto da Lei de Direitos Autorais, recebida e aprovada pelo Congresso. Logo depois, por indicação de Buzaid, Moreira Alves foi nomeado pelo Presidente Médici Procurador Geral da República.

No Governo Geisel, foi reconduzido à função. Logo após a posse do Presidente, protagonizou um dos episódios mais polêmicos dos primeiros dias daquele Governo: o processo contra o Deputado baiano Francisco Pinto, que pronunciara no Congresso um discurso considerado injurioso ao Presidente do Chile, General Augusto Pinochet. Por ordem da Presidência da República, Moreira Alves denunciou o Deputado ao STF com base na Lei de Segurança Nacional. O Tribunal condenou Francisco Pinto, mas não nos termos requeridos na denúncia de Moreira Alves. Em vez de enquadrar o Deputado na Lei de Segurança, preferiu processá-lo com base no Código Penal.

Foi, sem dúvida, uma interpretação mais liberal oferecida pelo Supremo à questão. Moreira Alves sabe que freqüentemente costuma ser apontado como um juiz conservador, um duro. E discorda:

— Para mim não há juiz conservador ou liberal. O juiz tem que cumprir a lei, do contrário pode gerar insegurança. Imagine o que aconteceria se cada juiz começasse a fazer o seu direito.

O ex-Ministro Leitão de Abreu, que conviveu com Moreira Alves no Supremo Tribunal, concorda com a opinião geral sobre o Presidente do STF, mas adverte: o conservadorismo é uma posição que a ordem jurídica exige. Faz parte da dinâmica dos tribunais. Uns juizes preferem a aplicação estrita da lei. São os falções, categoria na qual freqüentemente Moreira Alves é enquadrado. Outros preferem "interpretações mais construtivas", como diz Leitão de Abreu, e são conhecidos como pombas do Judiciário.

Moreira Alves lembra seus 53 anos para explicar por que não pratica nenhum esporte. Não fuma e não bebe. É leitor inveterado. A biblioteca, que toma o longo corredor de seu apartamento na SQS 313, soma 30 mil volumes. São obras de Direito escritas em alemão, francês, italiano, inglês, espanhol, latim e grego, línguas que domina, embora desconfeite de suas habilidades no grego, pois estudou "apenas durante cinco anos". Na literatura, prefere os clássicos brasileiros e portugueses. Mas na maior parte do tempo que passa em casa fica diante da velha máquina de escrever alemã, que comprou nos tempos de estudante, redigindo seus pareceres.

CGT debate os pontos de sua proposta

BRASÍLIA — A jornada

